

PUBLICAÇÃO DIÁRIO-AM-27.03.2023
Upa Campos Sales
CONTRATO DE GESTÃO 01/2019 - PRESTAÇÃO DE CONTAS
MARÇO/2024

UPA 24hs - Campos Sales

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24H - CAMPOS SALES (CNPJ 23.453.830/0021-13)				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL					
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)				Patrimônio Social Acumulado Total					
BALANÇO PATRIMONIAL				DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT)					
Notas		2023		Notas		2023		2022	
ATIVO CIRCULANTE				Receitas Operacionais				Saldos em 31/12/2021	
Caixa e equiv. de caixa	4	1.386.874	11.839	Serviços prestados				Incorp. ao Patr. Social	4.334.050
Contas a receber	5	8.240.917	7.915.917	pacientes SUS				(3.926.764)	(3.926.764)
Estoques	6	1.649.568	1.649.132	Recíeita Líquida				237.446	-
Outros créditos		51.911	82.100	Custos				-	237.446
Partes relacionadas	12	268.742	-	Serviços de terceiros				(12.808.254)	(12.808.254)
Contratos de gestão	3m	23.747.751	-	Pessoal e encargos				(9.924.333)	(8.031.341)
Total do Ativo Circulante		35.345.763	9.658.988	Materiais e medicamentos				(4.391.413)	(3.591.438)
Não Circulante				Superávit operacional				Saldos em 31/12/2022	
Outros créditos		4.432	-	Despesas				644.732	(2.182.804)
Imobilizado - Próprio	7	1.200.281	93.984	Pessoal e encargos				(2.182.804)	2.182.804
Total do Ativo não Circulante		1.204.713	93.984	Impostos, taxas e contribuições				1.349.233	-
Total do Ativo		36.550.476	9.752.972	Depreciação/amortização				-	1.349.233
PASSIVO E PATR. SOCIAL CIRCULANTE				Resultado antes de				Superávit do Exercício	
Fornecedores	8	3.816.963	4.889.305	Outras Despesas e Receitas				148.355	(2.182.804)
Obrigações trabalhistas	9	2.171.653	1.267.066	Outras Despesas e Receitas				148.355	(2.182.804)
Obrigações sociais	10	348.354	204.588	Doações e subvenções				-	-
Obrigações fiscais		164.137	66.861	Outras receitas e despesas				-	-
Outras contas a pagar	11	2.915.951	2.557.625	Superávit / (Déficit) do Exercício				-	-
Partes relacionadas	12	70.000	70.000	Exercício				148.355	(2.182.804)
Contratos de gestão	3m	23.747.751	-						
Total do Passivo Circulante		33.234.809	9.055.445						
Não Circulante									
Partes relacionadas	12	3.356.151	2.235.599						
Total do Passivo não Circ.		3.356.151	2.235.599						
Total do Passivo e Patr. Social		36.550.476	9.752.972						
Patrimônio Social									
Patrimônio social	3k	(188.839)	644.732						
Superávit (déficit) acumulado		148.355	(2.182.804)						
Total do Patrimônio Social		(40.484)	(1.538.072)						
Total do Passivo e Patr. Social		36.550.476	9.752.972						

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO			
2023		2022	
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit do Exercício		148.355 (2.182.804)	
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa			
Depreciação/Amortização	52.794	13.117	
Superávit do Exercício Ajustado	201.149	(2.169.687)	
(Aumento) / Redução do Ativo			
Contas a Receber	(325.000)	(6.621.246)	
Estoques	(436)	(459.259)	
Outros Créditos	25.757	34.246	
Aumento / (Redução) do Passivo	(1.072.342)	1.668.735	
Fornecedores	904.587	203.993	
Obrigações Trabalhistas	143.766	42.074	
Obrigações Sociais	97.276	(25.341)	
Outras Contas a Pagar	358.326	2.469.801	
Ajustes Patrimoniais	-	237.446	
Fluxo de cx gerado / (consum.) pelas Ativ. Op.	333.083	(4.619.236)	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	(1.159.091)	(5.864)	
Fluxo de Caixa consum. nas Ativ. de Invest.	(1.159.091)	(5.864)	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Partes Relacionadas			
Fluxo de Caixa consum. nas Ativ. de Financ.	2.201.043	4.072.641	
Aum./ (redução) liq. em cx e equiv. de Caixa	1.375.035	(552.459)	
Movimentação de Caixa e equiv. de Caixa			
No início do exercício	11.839	564.298	
No fim do exercício	1.386.874	11.839	
Aum./ (redução) liq. em caixa e equiv. de cx	1.375.035	(552.459)	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
1. CONTEXTO OPERACIONAL A. Objetivos Sociais		
A Unidade Pronto Atendimento 24 Horas Campos Sales faz parte da rede pública do Estado do Amazonas. A unidade oferece assistência de urgência e emergência nas especialidades de cirurgia geral e clínica médica adulto/pediatria, ambulatório de especialidades, odontologia, e apoio diagnóstico e terapêutico. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. A UPA está situada à Avenida Dona Otília, Tarumã, 69.021-005, Manaus - AM, b. Contrato de Gestão Unidade de Pronto Atendimento 24 horas é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de abril de 2019, por meio de contrato de gestão nº 001/2019/SES-AM, vigente até 30/09/2024 conforme 12º Termo Aditivo. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:		
Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/70
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/69
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/67
A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 foi protocolada em 22/11/2023, junto ao Ministério da Saúde o qual se encontra pendente de julgamento. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no §2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que "§ 2º. A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado". O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021.		
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS a. Declaração de Conformidade Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. b. Aprovação das Demonstrações Financeiras As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 18 de Março de 2024. c. Base de Mensuração As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.		
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a. Caixa e Equivalentes de Caixa São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b. Estoques São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c. Imobilizado i. Reconhecimento e Mensuração Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. ii. Custos Subsequentes Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii. Depreciação A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:		
Taxa Anual de Depreciação - %		
Aparelhos Med. e Cir.	10%	
Benefetórias	10%	
Máquina e Equipamentos	10%	
Móveis e Utensílios	10%	
Eq. Informática	20%	
O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. d. Intangível Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f. Julgamentos e Estimativas A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao		

Continua...

Continuação...

namentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação à probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos (i) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. ii) Chamamos a atenção sobre o fato de, em 31 de dezembro de 2023, a UPA apresentar patrimônio líquido negativo na ordem de R\$ 40.484. A Administração considera que não há existência de incerteza relevante sobre a capacidade de continuidade operacional da Unidade, uma vez que as atividades e recursos do contrato de gestão 001/2019/SES/AM são consolidados entre UPA e Hospital. **Outros assuntos:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 27 de março de 2023, sem modificações. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para

permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração,

da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2024.
PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES
CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2
Heitor Piovani - Contador CRC 1SP 331.721/O-6

Protocolo 172225

Fundação Hospital do Coração Francisca Mendes - FHCFM**PORTARIA Nº 02/2024/DP-FHCFM**

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITAL DO CORAÇÃO FRANCISCA MENDES, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO a Lei nº 4.230 de 17 de março de 1964, vem dar publicidade aos Anexos 12- Balanço Orçamentário, Anexo 13- Balanço Financeiro, Anexo 14- Balanço Patrimonial, Anexo 15- Demonstração das Variações Patrimoniais. **CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE. GABINETE DA DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITAL DO CORAÇÃO FRANCISCA MENDES-FHCFM**, em Manaus, 26 de março de 2024.

ROBERTA CAROLINA BARBOSA DO NASCIMENTO

Diretora-Presidente da Fundação Hospital do Coração Francisca Mendes
Ordenadora de Despesas da Fundação Hospital do Coração Francisca Mendes



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

ANEXO 12 - Balanço Orçamentário

Unidade Gestora: 017307-FUNDAÇÃO HOSPITAL DO CORAÇÃO "FRANCISCA MENDES"
Gestão: 00003 - FUNDAÇÃO
Mês de Referência: 12 - Dezembro de 2023

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA INTEGRADA
EXERCÍCIO 2023

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d=c-b)
RECEITAS DE CAPITAL (II)	5.000,00	5.000,00	0,00	(5.000,00)
Transferências de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	(5.000,00)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	5.000,00	5.000,00	0,00	(5.000,00)
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	5.000,00	5.000,00	0,00	(5.000,00)
DÉFICIT (VI)	0,00	1.169.206,24	1.226.503,57	-
TOTAL (VII)=(V+VI)	5.000,00	1.174.206,24	1.226.503,57	(5.000,00)
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)	0,00	57.297,33	57.297,33	-
Superávit Financeiro	0,00	57.297,33	57.297,33	-
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	-

Maiores informações entre em contato com a CENTRAL: (48) 3257-3500 e 3257-3200
E-mails: comercial@centraldiariooficial.com.br; prefeitura@centraldiariooficial.com.br

VÁLIDO SOMENTE COM AUTENTICAÇÃO